

Análise de conteúdo de entrevistas a não nacionais

Haverá, naturalmente, muitas maneiras de entender o sentido das palavras dos entrevistados. Neste trabalho interessa-nos desenvolver a teoria dos estados-de-espírito através da sua aplicação a dados empíricos. A ideia é a de que, ainda que os discursos das classes menos ilustradas seja mais pobre de significados expressos e, também por isso, menos susceptíveis de representar os respectivos estados em cada situação, é possível – tendo em conta as circunstâncias do exercício metodológico – explorar a informação recolhida de modo a produzir conhecimento sociológico, na medida em que essa informação (descrição de contextos de interacção entre entrevistados e entrevistadores, entre instituições ao abrigo das quais tal interacção se justifica e assuntos tratados) é um produto social e se refere ao todo social a partir de um determinado contexto de sentidos.

Dir-se-ia que é uma vantagem que o reducionismo indispensável à produção científica possa ser antecipado, digamos assim, pelas disposições dos entrevistados. Todavia, em bom rigor, a ciência deve ser capaz de caracterizar a maneira através da qual a redução se produz, de modo a não tomar a nuvem por Juno, que é o mesmo que dizer, não tomar o simples efeito pela causa complexa. Essa é, defendemos, uma das vantagens da teoria dos estados-de-espírito: oferecer-nos teoricamente e em perspectiva uma imagem da complexidade da vida social, no mesmo sentido em que Weber chamou a atenção para a infinidade de dimensões sociais que bulem com cada evento social a analisar *per se*, sem prescindir de um reducionismo estruturalista. Sem ceder ao pragmatismo positivista, como nos propôs Bourdieu ao tematizar os gostos, nem deixar de objectivar sistematicamente a vida social extra-institucional (os sentimentos, o quotidiano, as emoções, por exemplo).

Os seres humanos reais são protegidos (ou não) da sociedade por práticas solidárias e cognitivas específicas, muitas vezes dessocializadas pela teoria social como se fossem irracionais – isto é, fora do âmbito burocrático-instituído. Ora, a socialização primária e a socialização dos velhos, a socialização dos incapazes de levarem uma vida socialmente reconhecida como útil – incluindo as mulheres –, a socialização das famílias cujo modo de interrelacionamento não se adapta ao modelo-ideal normativamente adoptado – cada vez mais comuns, nomeadamente em função dos avanços da medicina que prolonga a vida e protege a vida dos fetos que anteriormente faleciam à nascença e também da maior sensibilidade social para problemas de submissão no seio familiar – estão fora das preocupações centrais da sociologia que concentra a sua atenção na observação dos trabalhadores-consumidores úteis e nos actuais funcionamentos instituídos também centradas no produ-consumismo.

Os movimentos sociais que acompanham as tarefas de institucionalização deste tipo de processos de socialização administrativamente menos observados e reconhecidos, são frequentemente tratados como extra-sociais, como aspectos “curiosos”, exóticos, marginais da vida, quando são problemas centrais da reprodução e da moral social.

O mesmo se passa com instituições negativizadas, como a prisão. Todos compreendemos, por um lado, a sua imprescindibilidade social (o sentimento de desorientação apossa-se de qualquer pessoa se se confronta com a hipótese “utópica” de se abolirem as prisões, proposta que vingou nos anos setenta do século XX). Por outro lado, a dificuldade, e mesmo o perigo, de se falar no que se vive dentro de uma prisão é percebido por qualquer cidadão, mesmo nos países democráticos e apesar dos tratados internacionais subscritos pelos seus governos contra os maus-tratos e a tortura.

Assim, não é preciso grandes explicações para que o leitor aceite a estratégia de proceder à substituição do termo “prisão” pelo termo “justiça”, para efeitos de

questionamento no quadro das entrevistas não-directivas a não-nacionais que desenvolvemos neste estudo: evitar a auto-referenciação com o crime por parte dos inquiridos e, portanto, as recusas a depor como forma de fazer frente ao estigma social.

Público, 2001-12-08

Confrontos Entre Polícias e Habitantes no Bairro da Cova da Moura *Amadora*

Habitantes envolvem-se em violentos confrontos com a PSP dois dias depois de agente ter morto jovem com um tiro pelas costas (...)

Jornal de Notícias, 2005-03-22

Notícias negativa sobre imigrantes

Mais de um quarto das notícias publicadas, no ano passado, sobre racismo e imigração estão relacionadas com a criminalidade ou acções de fiscalização a estrangeiros indocumentados, segundo o Relatório de Imprensa 2004 da SOS Racismo, publicado ontem. (...)

O relatório lança críticas à remodelação do programa "Escolhas", "que parece associar definitivamente delinquência juvenil com jovens pertencentes a minorias étnicas" e à criação dos Centros de Apoio a Imigrantes, "que perpetuam as dificuldades de inserção social dos imigrantes ao serem separados dos restantes cidadãos", declara.

Do mesmo modo, parece lógico que nos dirijamos preferencialmente a não-nacionais pobres para ilustrar as suas relações com as prisões, na medida em que se sabe que as relações dos não-nacionais de classe média e superiores são, como também acontece no caso dos nacionais, substancialmente diversas.

Sistema judicial é mais duro com arguidos estrangeiros

Público 2005-03-08 Ricardo Dias Felner

(...)

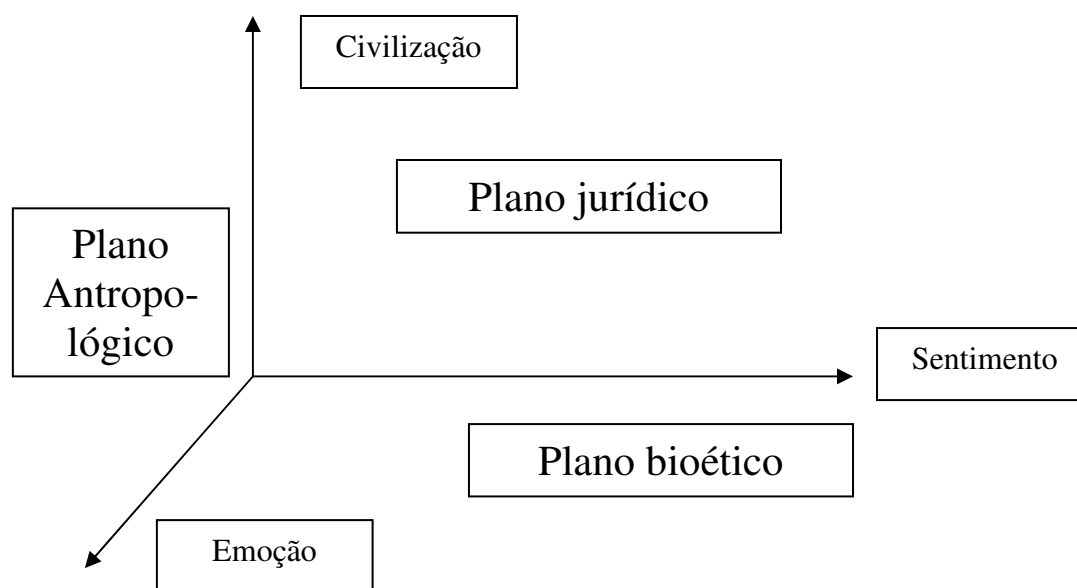
Um estudo financiado pelo Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), ontem apresentado publicamente, concluiu que existe uma maior representação dos cidadãos estrangeiros nos tribunais e nas prisões portuguesas comparativamente com os cidadãos portugueses.

Para os autores do estudo, Hugo Seabra e Tiago Santos, no entanto, esse fenómeno deriva quer das condições sociais e demográficas dos arguidos estrangeiros, quer de preconceitos xenófobos por parte dos responsáveis judiciais, quer de uma maior dificuldade em conseguirem bons advogados.

A teoria dos estados-de-espírito deverá ser capaz de identificar quais os estados-de-espírito mobilizados pelos entrevistadores/entrevistados na sua relação mútua (um a um ou enquanto grupo ou enquanto "comunidade" ou enquanto "sociedade" que se enfrentam) e explicar a partir daí o sentido das trocas simbólicas registadas pela experiência dos entrevistadores e pelo registo de som, transcrito. Abrindo espaço para outros olhares sociais interessados nas questões levantadas mas partindo de posições sociais diversas e/ou de estados-de-espírito diversos. Magistrados, questionados sobre a

tese da discriminação judicial contra não-nacionais, terão uma posição que se terá que entender na perspectiva da “acusação” que tal afirmação sugere dirigir-se-lhe. Esse facto não nos permite antecipar as respostas, pois as que forem defensivas e conservadoras do *status quo* distinguir-se-ão facilmente das que manifestem disposições de transformação institucional do poder judicial. Qualquer dessas respostas, porém, diferirá das que possam ser dadas por outros agentes, nomeadamente não-nacionais pobres, como é o caso do estudo apresentado de seguida.

Fig -4.1. - Planos e eixos de análise de estados-de-espírito



A primeira constatação é a de que as declarações produzidas centrar-se-ão no plano jurídico. Não apenas porque o nosso tema se virou para “a justiça”, esse substituto do tema prisional, oferecendo aos entrevistados outra margem de manobra e de desenvolvimento de argumentos, mas principalmente porque, na prática, a noção de comunidade/família (eixo da “emoção”) que inicialmente estava prevista ser explorada (através de entrevistas a indivíduos no seio da mesma família, que permitissem uma análise do estados-de-espírito familiares) foi abortada pelas dificuldades de produzir a esperada “bola de neve”, bem como as limitações das respostas quando se chegava à altura de narrar exemplos concretos, na segunda entrevista reservada precisamente para o efeito, conforme se explica no capítulo metodológico. Por imposição dos entrevistados, que condicionaram desse modo o trabalho científico, tudo quanto tivesse a ver com o sistema social reprodutivo – bem como as solidariedades que desenvolve – foi afirmado e confirmado como privado, não disponível para estudos.

O controlo da natalidade humana é, seja para as políticas de desenvolvimento e emancipação da ONU, seja para o mundo católico, seja para a libertação das mulheres, seja para as novas fronteiras éticas da bio-medicina, um problema da maior actualidade.¹ Também para os imigrantes, o direito ao reagrupamento familiar é um

¹ A definição de animal doméstico passa pela observação da capacidade de controlo humano sobre as potencialidades reprodutivas das espécies. Tal modernismo aplicado às populações é temido e mal visto por vastos sectores da sociedade, e está no centro da questão bio-ética, assim como a eutanásia, isto é as condições em que o suporte institucional à manutenção da vida que é hoje em dia possível tecnologicamente não torna a vida humana indigna.

problema maior. Para os pobres, que podem estar sujeitos à invasão da respectiva privacidade pelos Serviços Sociais, a manutenção e educação dos filhos é um problema pesado, a que as instituições têm dificuldade de dar resposta tranquilizadora e pacífica. Para o mundo, desde que se descobriu que a violência doméstica faz mais vítimas do que as baixas provocadas pelas guerras (cf. dados da ONU) e que na família se escondem abusadores sexuais de crianças, nada mais poderá ficar como antes, embora também ninguém saiba precisamente o que fazer. Em resumo: fora dos poderes instituídos pelas estruturas hierarquizadas, racionais, há um mundo de problemas fundamentais para a humanidade, e para cada um de nós também. E há um apelo geral – embora pouco estruturado, por razões ideológicas – para que se organizem acções politicamente orientadas com vista a ultrapassar as situações mais tensas: a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez, a uso generalizado do preservativo, a perseguição de pedófilos e de abusadores de mulheres, a regulação do poder paternal por poderes públicos, o combate às discriminações homofóbicas, a educação sexual, etc.

A reserva dos nossos entrevistados relativamente a questões de âmbito das suas relações sociais mais próximas compreende-se bem, dada a turbulência ambiental descrita, digamos assim, mas contrasta radicalmente com a exposição pública da intimidade que pode ser observada nos *reality shows*, que marcam a actualidade mediática, bem como com as práticas de “sinceridade” existencial e normativa que caracterizam as relações sociais das classes médias, cf. Giddens (1995) e estão na base do sucesso da imprensa cor-de-rosa.

À falta de melhor termo, designámos “medo” esse contraste, e concretamente o sentimento que percebemos emergir dos nossos entrevistados, quando os abordámos. Uma das causas do medo decorrerá da nossa vontade de entender a interacção entrevistado-entrevistador como um acto de liberdade, enquanto, mais realisticamente, os nossos interlocutores, de formas diversas, sempre nos fizeram sentir que não era assim que se poderia melhor caracterizar a nossa relação. Teoricamente, podemos interpretar a chamada de atenção tácita dos nossos interlocutores como uma defesa da sua privacidade, no eixo “emoção”, por ventura para defesa das redes de solidariedade que os trouxeram a Lisboa, e que são clandestinas, mas também porque a posição da entrevistadora tem limites próprios.

Notas de pesquisa de Rita Penedo

Em termos gerais, creio que as mulheres da minha idade acabaram por ver-me como amiga, (...) As mais velhas, (...) acabavam por ver-me com uma ‘miúda’ a fazer um trabalho, o meu primeiro trabalho, e adoptavam uma postura um pouco maternal (...). No caso dos homens, as reacções foram mais variadas. (...) houve aqueles que tentaram relacionar-se de um modo o mais pessoal possível. (...) demonstram (...) o peso terrível da solidão e da carência emocional e física. Aqui, a imagem que construíram de mim confundiu-se entre o meu interesse profissional em escutá-los e aquilo que achavam ser interesse pessoal (um pouco a relação entre psicólogo e paciente, onde o interesse de um é entendido de outro modo pelo outro). (...) Normalmente, as tentativas de aproximação somente ocorriam no último encontro. (...) queria desesperadamente integrar-se – este é um factor importantíssimo, a questão da integração pelo convívio, seja casamento seja através de amizades ou namoros, com portugueses. (...)

A pedido dos investigadores, e por efeito do sentido da razoabilidade nas relações sociais em situação de entrevista entre pessoas que se desconhecem, o espaço de

manifestação de estados-de-espírito ficou reduzido ao plano “jurídico”, isto é, à apresentação e discussão do nível social (eixo “civilização”) e da condição social (eixo “sentimento”, eixo “ético” que distingue uma boa condição de uma má condição, a proactividade da sabedoria distanciada, conforme ela resulta da auto-apreciação de cada actor social). O que, evidentemente, também representa graficamente as limitações da nossa abordagem (um plano por um espaço) bem como antecipa a necessidade de dar continuidade a estudos do género, se se quiser compreender melhor os fenómenos sociais que aqui se querem estudar.

Da complexidade do real, a nossa abordagem apenas poderá revelar as suas projecções no plano jurídico. O que permite facilitar a leitura e a crítica das nossas práticas científicas e sustentar hipóteses de trabalho para outros programas de investigação. Hipóteses que decorrem das tentativas de oferecer interpretações mais abrangentes e compreensivas das realidades sociais, mas também da fragilidade das especulações que albergam tais sugestões, já que não nos é dado observar aquilo que fica intencionalmente encoberto, nem aquilo que o está como consequência de serem utilizadas relações sociais especialmente provocadas (entre os investigadores e os campos investigados) como forma de revelação de outras relações sociais.

Correio da Manhã, 2005-03-16

União Europeia - Revela estudo - **Portugueses não querem mais estrangeiros**

Os portugueses são a quarta comunidade nacional de entre os 25 países da União Europeia a manifestar maior resistência à aceitação de mais imigrantes. Essa posição foi assumida por 62,5% dos portugueses inquiridos num estudo apresentado pelo Observatório Europeu dos Fenómenos Racistas e Xenófobos, segundo o qual metade dos europeus não quer mais estrangeiros residentes nos seus países (...)

2005-03-17

D. Januário critica medo da imigração

O presidente da Comissão Episcopal das Migrações, D. Januário Torgal Ferreira, culpa o anterior Governo por ter adoptado uma estratégia “de provocar medo e pânico” em relação à política de imigração.

Sampaio com imigrantes

(...)

Sampaio não gostou. “Todas as estatísticas mostram que Portugal vai precisar de mais imigrantes nos próximos anos e tem todo o interesse em acolhê-los bem, para que a integração seja bem feita”, afirmou o Presidente, mostrando estar a par das situações mais problemáticas com que se deparam os estrangeiros residentes em Portugal. “Há imensas situações de ilegalidade e sofrimento, há exploração laboral, dezenas de casos de crianças sem nacionalidade.” *Rodrigo de Matos*

O “medo” que referenciámos como expressão dos nossos entrevistados – através de recusas abundantes, de dificuldades maiores no estabelecimento de “bola de neve” de contactos a inquirir, através de reacções emocionais fortes despoletadas pela nossa insistência em trazer à memória casos de justiça experimentados na prática pelos nossos inquiridos ou por pessoas deles conhecidas – pode ser interpretado como uma emoção

negativa, a que se associa um desejo de silêncio ou que é provocada pela nossa exigência de verbalização.

Emoções negativas			Emoções positivas		
Exclusão	Pânico	Medo	Maternais	Fraternais	Conjugais

Nas diversas culturas de exclusão recenseadas (cf. Almeida 1992) o incómodo envergonhado provocado pela situação de subordinação deixou de ser envergonhado (como o medo) e deixou de ser incómodo (como o pânico) e tornou-se numa resignação, que pode ser vivida isoladamente (no caso da maioria dos sem-abrigo), no seio de um grupo (como acontece com os “capitães da areia” ou com os grupos marginais) ou como estratégia autónoma de reprodução (de que os ciganos são o exemplo mais evidente). Essa resignação, digamos assim, para utilizar a linguagem funcionalizante utilizada pelas teorias evolucionistas quando se referem às práticas dos animais que observam, é espontaneamente compensada através da extrema fertilidade das populações pobres – o que, segundo a ONU, lhes agrava a pobreza crónica, em particular no que toca às mulheres abandonadas à sua sorte, com filhos para criar.

Como dissemos acima, nas condições metodológicas em que foram realizadas as entrevistas, é-nos difícil discutir o grau de exclusão social em que possam viver os nossos inquiridos, seja porque é provável que sejam os mais excluídos que mais fujam de nós – literalmente – seja porque os que aceitarem falar connosco se dispõem, educadamente, como mandam as regras da etiqueta social espontânea, evitar confrontar-nos com as limitações e auto-limitações (na prática, tudo se confunde) das suas vidas “privadas”, cf. Dores (2003a).

Resta-nos conformarmo-nos em observar o plano “jurídico”, e voltarmo-nos a questionar a que é que corresponderá o estado-de-espírito a que temos chamado “medo”.

Quadro 4.1. - Estruturação do plano “jurídico” e marcação do espaço de manobra dos entrevistados

Nível de realidade (ou civilizacional) (+)

			<i>Disposição para a acção</i>			
			<i>Instituição Simbólico</i>			
			<i>Quotidiano</i>			
Mórbido	Patológico	Indisposição	(-) Sentimento (+) (de bem-estar)	Normal	Excitado	Distanciado
			<i>Ilegalidade</i>			
			<i>Delinquência</i>			
			<i>Criminalidade</i>			

(-)

O plano “jurídico” é constituído pelo cruzamento de dois critérios hierarquizados e com uma origem de onde se elaboram, cada vez de maneira mais “livre”, sequências de auto-sustentadas de estados-de-espírito positivos, de um lado, e negativos, do outro lado.

O vector a que chamamos “sentimento” refere-se e regista a capacidade de auto-referenciação de cada objecto de estudo sociológico (pessoa, grupo, instituição, movimento social, povo) relativamente ao bem-estar: positivo ou negativo. Cada um dos lados do vector distingue três modos de estar/ser, sendo os mais próximos da

origem os que menos se distinguem entre si e os que estão mais distantes da origem os mais marcantes, socialmente. O mesmo raciocínio pode ser expandido relativamente ao vector “nível de realidade”.

As relações sociais podem começar pela exposição de um máximo de liberdade de que se é capaz, “para impressionar”, ou de maneira mais discreta e reservada, tímida, em que se tenta ser o mais indistinto possível, o mais próximo da origem dos vectores no nosso modelo. No primeiro caso, a situação demonstrativa não se pode manter indefinidamente. Nalgum momento o “guerreiro” precisará de descansar, o “actor” tirará a máscara, ambos precisarão de uma retaguarda onde descansar, descontraír, para mais tarde, eventualmente, voltar a manter a tensão social necessária ao exercício do máximo de liberdades.

Num contexto interpretativo da vida social como este, como observar a situação da interacção entrevistadora/entrevistado(a)? Em primeiro lugar há que registar o desequilíbrio entre as duas posições. Do lado da entrevistadora a acção profissional interessada e auto-mobilizada, de preferência “distanciada”, quer dizer, portadora de uma sabedoria particular – a académica e a sociológica – própria (distinta das competências desportiva, artística ou guerreira, por exemplo, que interpelam provavelmente mais quotidianamente os cidadãos). Do lado do(a) entrevistado(a) uma auto-representação do “normal”, da igualdade possível normativamente afirmada nas sociedades modernas, sem queixas que possam dar parte de fraco(a) – ainda que se admita alguma “indisposição” – sem entusiasmos ou “excitações”, ainda que por vezes se vislumbre alguma esperança de que haja alguma “salvação” ou um qualquer toque da providência num encontro com pessoas de condição social mais alta.

Nalguns casos, foram estudantes os entrevistados, mais habituados a lidar com saberes disciplinares científicos. Mas nem nesses casos se verificou alguma tentativa de questionar o “distanciamento” com que “naturalmente” aparece a entrevistadora, representante do projecto de investigação.

A liberdade da entrevistadora depende da sua imaginação e capacidade de improviso, da sua capacidade de distanciamento relativamente a si própria e à situação concreta que está a viver, para poder observar o entrevistado não tanto enquanto a pessoa concreta, mas mais como o agente social. Mas o(a) entrevistado(a) só pode tentar parecer semelhante à entrevistadora ora questionando o sentido do trabalho académico – o que além de incómodo e gastador de tempo poderá facilmente descambar num argumento sem fim e desgastante – ora negando-se a entrar no jogo, por alguma razão que queira evocar. Como vimos, a opção de alguns dos nossos interlocutores – precisamente aqueles que melhor nos revelaram o “medo” sentido por todos – foi fazer a negação sem argumentar, aceitando para si próprios um estatuto social e relacional de inferioridade, sem capacidade para sequer simular a “liberdade” do “distanciamento”, na altura de assumir a negativa.

O “medo” de que falamos, então, será o estado-de-espírito que produz uma redução dos graus de liberdade da acção social perante a superioridade manifestada pela entrevistadora e necessariamente reconhecida pelo(a) entrevistado(a), a menos de um esforço de reacção desproporcionado e sem sentido prático.

Esse “medo” será vivido pelos entrevistados que colaboraram de um modo particular. Além de procurarem manter-se “normais”, sem revelar, portanto, nenhum aspecto das suas personalidades ou vidas que possa ser interpretado como patológico ou mórbido, terão que procurar elevar-se a um nível social de relacionamento mais adequado às necessidades da entrevistadora.² Quantas vezes a entrevistadora não é confrontada com

² É conhecida dos inquiridores a tendência de auto-promoção social dos inquiridos à classe média, que aqui interpretamos não como habitualmente se faz (como uma falta de objectividade do vulgo) mas como

a confissão: “não sei se saberei responder...” que é como quem diz: não tenho a certeza de fazer o jogo simbólico das palavras de uma forma interessante para si, precisamente porque não domino – e tenho consciência disso – nem os processos institucionais nem os tratamentos simbólicos que a colaboração disponibilizada irá sofrer.

Em resumo: os nossos entrevistados, além de terem evitado a dimensão emocional, reduziram a dimensão do sentimento às suas expressões mais simples e procuraram elevar-se medianamente ao nível de corresponderem aos apelos simbólicos, institucionalmente suportados, para satisfazerem a curiosidade científica. A nossa curiosidade.

Em grande medida fizeram aquilo que se esperava que fizessem. Não se poderia esperar larguezas, passe a expressão, nas condições metodologicamente disponibilizadas. O encobrimento de realidades suas conhecidas é indispensável a saudáveis relações sociais, num quadro em que a acção social está expressamente inibida, já que a entrevistadora é apenas uma profissional ao serviço de instituições que apenas estão presentes em forma de estado-de-espírito “distanciado”.

Os submundos, representados no nosso plano “jurídico” de análise pelo vector negativo do nível de realidade (ilegalidade, delinquência e crime), são secretos.³ Tais segredos podem ser objecto de estudo científico – como no caso da criminologia ou da geoestratégia nas relações internacionais – mas também se mantêm protegidos, em particular pelo segredo de Estado. Tradicionalmente a sociologia não trata destes submundos directamente, embora o possa fazer indirectamente quando estuda as actividades institucionais que lidam com esses fenómenos.

Esta divisão de trabalho científica entre sociologia e criminologia está, actualmente, a ser alvo de uma recomposição, principalmente a nível da América do Norte, embora também existam na Europa sinais disso mesmo (cf. actividade da Associação de Criminologia URL: [<http://www.eurocrim2005.com/?a=index>]). Nesse sentido, há que desenvolver quadros analíticos mais completos sobre a abrangência da vida social, integrando expressamente as práticas “marginais” no quadro das práticas “sociais”, como aqui procuramos fazer.

Na prática metodológica, porém, há que pensar os limites das abordagens vulgares, como as entrevistas não-directivas, a que se supõe poderem corresponder levantamentos de informação “sincera” por parte dos entrevistados, entendendo por isso uma exposição verbalizada da vida tal e qual ela é vivida, quando, de facto, as violações às normas sociais (independentemente da sua gravidade) não fazem parte, por definição de coacção social, da narrativa pública das identidades e das experiências pessoais. A menos que isso seja expressamente procurado pelo investigador e que seja encontrada uma formulação benigna para criar o ambiente propício a que tais expressões possam ser levadas para a comédia ou para a loucura, por exemplo, e desde que não sejam previsíveis consequências práticas punitivas. É possível falar, como veremos adiante, com condenados sobre os seus crimes, reais ou alegados, mas mais difícil avaliar a veracidade dos seus relatos, que tomam nestes casos valor estratégico evidente, para as instituições e para cada pessoa envolvida em particular. Fora do

uma expressão formalizada do esforço de colaboração que procura sintonizar às necessidades dos inquiridores (que se pressupõe institucionais e simbólicas) as disposições dos inquiridos.

³ Na definição que ouvi a Tilman Fűrnis, da Universidade Hospital de Münster, a propósito da violência doméstica e em particular da pedofilia, segredo é aquilo que toda a gente sabe e não deveria querer saber. O segredo, mesmo quando verbalmente revelado, é entendido como uma impossibilidade, uma impertinência ou mesmo uma loucura, sendo o seu conteúdo substantivo desprezado, tornado anedótico ou condenado.

âmbito do sistema penal, fora do âmbito de actividades organizadas no sub-mundo (o que implicará um conhecimento do entrevistador e do entrevistado sobre os contornos dessa organização e o reconhecimento mútuo dessa referência, em geral secreta, como um objecto legítimo de conversação), os sub-mundos mantêm-se secretos, a menos que aspirem a tomar o poder social e já o detenham e queiram manifestá-lo publicamente.⁴

As notas metodológicas de Firmino da Costa (1999) no seu estudo sobre Alfama, bairro popular e por isso estigmatizado, apesar do seu prestígio nacional e internacional (como o Soho londrino, por exemplo, o La Boca de Buenos Aires ou as docas de Nova Iorque ou a parisiense Pigalle, etc.), revelam a incontornabilidade das práticas consabidamente ilegais, conhecidas de todos e para todos secretas, incluindo para o investigador, que observou a vida social de Alfama durante duas décadas. A intimidade máxima imaginável do investigador com o seu objecto de estudo – desenvolvida no caso pela observação participante, embora sem a dimensão de investigação-acção – obriga deontologicamente a um sigilo respeitador dos modos de vida dos informantes. Isso mesmo se reflecte na auto-limitação do investigador e, também, da teoria social a mobilizar. Não será apenas por isso, mas será certamente também por isso, que o autor insiste no seu trabalho em revelar o sentimento que o apoquentou de ter ficado marginalizado, apesar de tudo o que sabe dos segredos próprios do bairro. O leitor poderá ficar com a sensação de que algo permaneceu escondido ao investigador de modo intencional, apesar da sua argúcia e da disponibilidade (de facto limitada) dos amigos do bairro, de 20 anos. Porém, será provavelmente melhor interpretação reconhecer que os segredos sociais do bairro foram respeitados pelo autor que, por isso, se recusou a investigá-los (o que, ao fazer de outro modo, faria dele um próximo de agente policial). Ora, ao tecer uma teoria interpretativa, Firmino da Costa sentiu a falta da dimensão negativa dos níveis sociais para melhor entender como se apresentam os níveis não secretos da estrutura social.

É dessa falta que nos fala o vector negativo do eixo civilizacional, manifestando para toda e qualquer sociedade, para além da “sociedade de bairro”, a mais que provável existência estruturante (e com certeza estrutura estruturada) de submundos, em parte inconscientes (porque secretos, isto é, com um estatuto próprio de nomeação, a que acima nos referimos) em parte conscientes (por exemplo, quando manipuladas pelos poderes formais e informais, por cada um e de nós, portanto, consoante as oportunidades, sozinhos ou em grupo).

Na prática, como perguntar aos nossos entrevistados que nos revelassem o que tinham intenção de fazer no futuro? De que disposições se sentem portadores? E que respostas se poderiam esperar? Para quem tenha uma retaguarda defendida, como Maslow tornou claro na linguagem da psicologia social, é maior a capacidade de tomar decisões a prazo, decisões racionais, isto é, legalizáveis, susceptíveis de serem escritas e assim se tornarem perenes e responsabilizantes. Para o trabalhador precário, não-nacional, pobre, com família distante e dispersa, o quotidiano tende a ser o dia-a-dia da reprodução social, à espera de uma oportunidade que lhe possa ser oferecida, eventualmente vinda do lado negativo da vida. Lá onde pessoas instaladas mais confortavelmente, e a níveis sociais superiores, tomam decisões racionais, em favor próprio, usando terceiros que precisam de uma oportunidade. Sabe-se, como um segredo, que apesar das garantias

⁴ Noutro lugar, manifestei a necessidade de desenvolver uma teoria social sobre as conspirações, fenómenos sociais existentes de facto, mas que adquirem no âmbito dos debates sociológicos uma conotação exotérica reveladora da auto-limitação da teoria social actual perante os fenómenos sociais negativos da civilização, a que se chama marginalidade, criminalidade, e que frequentemente se confundem, de forma ideologicamente reveladora e infeliz, com a pobreza ou a exclusão social.

modernas e formais de igualdade jurídica, os condenados são socialmente seleccionados pelas diversas instituições que tratam dos submundos.